



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 30 DE  
JANEIRO DE 2020 .....**

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017. ....

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informou que por substituição do representante do Ministério Público, havia a necessidade de dar posse à atual representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro Dr.ª Sandra Canceiro, que se encontrava presente para o efeito.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores. ....

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos..

O **Vereador António Mota** reportando-se às barreiras na estrada de Vila Nova, situação já falada em reunião de Câmara, disse que continuava tudo igual, questionando o Presidente da Câmara de qual o motivo para que a situação se encontre da forma que está. ....

Recordou que na última Assembleia Municipal tinha havido alguma celeuma relativamente à questão do concurso público internacional, ligado à recolha de resíduos sólidos, onde tinham sido feitas algumas afirmações, que na sua perspetiva, não faziam sentido. ....

Referiu que gostaria de ver esclarecidas, pelo Vice-Presidente algumas questões, porque a deliberação tida e que constava na minuta da ata, poderia ser mal interpretada pela informação que



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

foi prestada, dando nota que em reunião de Câmara foi dado a conhecer o processo, a fundamentação para o pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal e nada mais do que isso no que diz respeito à abertura do concurso. Acrescentou que o concurso não poderia ser aberto sem a Autorização Prévia da Assembleia Municipal, nem que seja feita a respetiva Revisão Orçamental. .... Afirmou que tinha havido alguma confusão, porque o assunto era apresentado como Contratação de Serviços, induzindo os Membros da Assembleia Municipal na discussão do assunto. .... Questionou se o que tinha sido aprovado em reunião de Câmara tinha sido a aprovação da fundamentação que permitisse à Assembleia Municipal se pronunciar sobre a Autorização Prévia..... O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou o facto de estarem a ser feitos os trabalhos de pinturas de vias, um pouco por todo o Concelho, referindo-se em especial às pinturas das passadeiras na Alameda da Cidade, conferindo-lhe mais segurança. .... Recordou que na última Assembleia Municipal, por parte do público foi referida a questão da climatização dos polos Escolares, contudo para além da climatização também era constatado na parte dos Museus, especificamente o Museu de Etnomúsica que também sofria do problema de climatização, mas também havia problemas no que diz respeito às linhas telefónicas. .... Quanto ao Museu da Cerâmica Rocha, questionou qual era o procedimento que se estava a ter relativamente à seleção do espólio que o mesmo iria albergar, porque se constava que o espólio andava a ser transportado de um lado para o outro e se havia a noção de como deveria ser feito esse transporte. Questionou também se existia algum inventário desse espólio, único no Concelho e que poderia ter uma grande margem de progressão..... O **Vereador Rui Santos** relativamente ao que tinha sido referido pelo Vereador António Mota e ao que se tinha passado na última Assembleia Municipal sobre ao concurso público internacional de transporte de resíduos sólidos e ao que tinha sido discutido em reunião de Câmara disse ter ficado com a ideia do que tinha sido deliberado era a autorização para início do procedimento e nesse sentido tinha votado favoravelmente. Deu nota que na sequência da discussão tida em Assembleia Municipal, foi verificar a documentação fornecida, onde era feita a referência a alguns elementos, nomeadamente ao Caderno de Encargos, que não tinha sido enviado, uma situação recorrente tendo já chamado a atenção por diversas vezes que havia documentação que era mencionada e não era enviada nem estava disponível para consulta na área reservada aos documentos para reunião de Câmara, solicitando que não voltasse a acontecer. .... No que diz respeito aos trabalhos da faixa de gestão de combustível, questionou se os mesmos estavam terminados e se a estrada que liga Caneira à Silveira se tem faixa de gestão de combustível contemplada. .... Sobre o funcionamento das AECS, afirmou que se estava no segundo ano de implementação do contrato de fornecimento do serviço e tem ouvido algumas queixas relativamente ao que estava a ser



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

feito, questionando se já tinha sido realizada alguma avaliação, ou se iria ser feita de forma a avaliar se a alteração efetuada tinha produzido efeitos e se eram ou não positivos. ....

Relativamente à limpeza dos edifícios públicos, deu nota que tinha ouvido uma queixa sobre a limpeza no Quartel das Artes, aquando da apresentação da peça de teatro Os Maias, onde estiveram presentes escolas de outros Concelhos, em que um professor chamou a atenção para a falta de limpeza nas instalações sanitárias do Quartel das Artes, alertando que fosse tida em conta essa chamada de atenção para que no futuro não voltasse a acontecer e não se transmitisse uma imagem negativa dos espaços públicos do Concelho de Oliveira do Bairro. ....

Sobre as obras de requalificação que tinham ocorrido na Igreja Matriz de Oliveira do Bairro, disse que as mesmas têm sido objeto de visita e de interesse de muita gente, nesse sentido sugeriu que o Município elaborasse um roteiro religioso de todo o Concelho, que pudesse fornecer alguma informação para quem procura esse tipo de património. Sugeriu também que fossem colocadas placas próprias a identificar os locais, à semelhança do que era visto noutros locais turísticos, acreditando que o investimento não fosse assim tão elevado, mas com certeza traria grande retorno para o Concelho. ....

A **Vereadora Lília Ana Águas** relativamente à intervenção do Vereador Álvaro Ferreira sobre o espólio do Museu da Cerâmica Rocha, esclareceu que o espólio estava todo documentado, estava a ser tratado e o espólio que tinha sido selecionado para fazer parte do Museu Cerâmica Rocha, também estava a ser tratado para que fosse feita uma exposição com alusão ao referido Museu em maio, mês em que se comemorava o Dia dos Museus e daí o transporte do espólio. ....

Sobre a questão das AECS levantada pelo Vereador Rui Santos, disse que a análise que tinha, que era reportada em todas as reuniões de Conselho Pedagógico, era de que as mesmas funcionavam de forma normal, as disciplinas introduzidas tinham aceitação, tendo havido apenas uma questão que foi relativamente ao facto de não se ter escolhido a música, não tendo conhecimento de mais nenhuma questão relativamente ao funcionamento das AECS. ....

Quanto à questão da falta de limpeza nas instalações sanitárias do Quartel das Artes, afirmou que certamente tinha sido uma situação pontual, dando nota que neste tipo de apresentações estavam presentes cerca de quatrocentos alunos e professores, não sabendo se a questão tinha sido levantada no início ou no fim da peça. Afirmou que tem havido o cuidado de se fazer a limpeza sempre antes e depois de cada espetáculo. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** quanto à questão relativa aos trabalhos da gestão de combustível, informou que os mesmos estavam concluídos e a faixa que tinha sido referida pelo Vereador Rui Santos, não fazia parte da primeira fase do Plano Municipal de Defesa da Floresta. ....

Sobre a questão levantada pelo Vereador António Mota, leu a proposta de deliberação enviada aos Vereadores e posteriormente aos Membros da Assembleia Municipal, esclareceu que o que tinha sido



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

aprovado em Assembleia Municipal e que decorria da deliberação tinha sido a autorização para a assunção de encargos plurianuais nos termos da lei. ....

Quanto à questão da documentação, referiu que do que tinha conhecimento toda a documentação tinha sido entregue dentro do prazo legal. ....

O **Presidente da Câmara** no seguimento da intervenção do Vice-Presidente relativamente à documentação, disse que sempre que os Vereadores solicitavam documentos, os mesmos eram colocados à disposição para consulta, agradecendo o facto de os Vereadores alertarem para quando falta alguma documentação. ....

No que diz respeito à questão das barreiras em Vila Nova, esclareceu que a intervenção estava pronta para ter o seu início, contudo devido às condições climáticas a mesma não pode ter o seu início. Acrescentou que o local estava sinalizado e seguro, estando apenas à espera que o piso fique seco para poderem intervir de forma mais segura. ....

Sobre a climatização dos polos Escolares disse que os equipamentos existentes nos edifícios, não eram os mais indicados e não se poderia comparar um equipamento existentes nas casas particulares que quando há uma avaria, substitui-se de imediato a peça ou manda-se compor, contudo nos edifícios públicos assim não pode acontecer, devendo ser cumpridos os tramites legais, com burocracia que leva o seu tempo. Acrescentou que nos polos Escolares, quando avaria um equipamento de climatização, existiam aquecedores a óleo, que eram utilizados para fazer face às necessidades sentidas. ....

Alertou para o facto de os corredores dos polos Escolares, não serem climatizados e que se sentiam os dois picos, do frio e do calor, tendo sido uma opção que tinha sido tomada na altura e atualmente se se pensar em alterar essa situação irão deparar-se com muitos problemas como o caso das infiltrações e todos tinham conhecimento das obrigações legais que tinham perante os projetos de arquitetura dos edifícios. ....

Sobre o turismo, recordou que um dos procedimentos que foi aberto, no âmbito dos estágios profissionais PEPAL, tinha sido precisamente para a área do turismo, porque se sentiu a necessidade de desenvolvimento nessa área. ....

No que respeita à Cerâmica Rocha, disse que a recuperação do edifício estava muito para além do Museu, não obstante de que para o Município não seja uma responsabilidade de perpetuar o que é a história do Concelho e também porque tem que ser feita uma ligação entre o passado, o presente e o futuro sendo isso que se pretende fazer para o Edifício da Cerâmica Rocha. Referiu que havia um bom exemplo no Museu da Radiolândia em que faz uma grande rotatividade, mas dedica-se exclusivamente a expor peças e a perpetuar aquilo que é o rádio, também no Museu da Cerâmica Rocha se pretende fazer algo similar, com ligações a outros organismos, nomeadamente com as Universidades estando o trabalho se ser desenvolvido nesse sentido. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Recordou que a Vereadora Lília Ana Águas, relativamente ao espólio, tinha referido que se estava a fazer um trabalho de inventariação e preparação do espólio, estando a desenvolver esse trabalho uma equipa de trabalho especializado nessa área, lamentado o facto de o espólio ter estado tanto ano encostado num determinado local. ....

O **Vereador António Mota** relativamente à questão da recolha de resíduos sólidos, disse não ter ficado bem esclarecido, afirmando que a Câmara Municipal não poderia aprovar a abertura de um concurso, sem que primeiro tenha sido deliberado em Assembleia Municipal a Autorização Prévia e isso não tinha sido feito, porque pela explicação dada pelo Vice-Presidente, em reunião de Câmara também deliberaram sobre a abertura do concurso e isso não poderia ter acontecido, sendo uma questão de formalidade. ....

Afirmou que era ilegal a abertura do concurso, porque não tinha cabimento orçamental para o mesmo e também era ilegal abrir o concurso sem primeiro ter a Autorização Prévia da Assembleia Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que não tinha sido esclarecido sobre as questões que tinha colocado relativamente às falhas técnicas no Museu de Etnomúsica, nomeadamente sobre a falha dos telefones, da internet e também a questão da validade de inspeção dos ascensores que se estende também ao edifício dos Paços do Concelho. Sobre a questão da climatização disse que não necessitava de esclarecimento uma vez que leu a entrevista dada pelo Presidente da Câmara no Diário de Aveiro, sobre o tema. ....

Afirmou que o PSD era acusado de ter construído edifícios e agora o CDS tinha que manter, por outro lado o PSD também era acusado de não ter feito e agora ter que ser o CDS a fazer, e nesse sentido disse que deveria haver um entendimento nesse tipo de políticas porque se tratava de opções e cada um deveria assumir as suas. ....

O **Vereador Rui Santos** reforçou o pedido de esclarecimento feito pelo Vereador António Mota, relativamente à deliberação que foi tomada e à sua ilegalidade. ....

No que diz respeito à documentação, nomeadamente ao caderno de encargos do concurso internacional de recolha de resíduos sólidos, lembrou que a reunião de Câmara onde foi discutido o assunto se tinha realizado no dia a seguir ao Natal, assim a documentação foi enviada ao final do dia 23 de dezembro, nos dias 24 e 25 de dezembro os serviços estavam encerrados, logo não poderia ter vindo consultar os documentos então seria no dia da reunião que viria consultar um documento que presume ser extenso e conseguir tirar todas as dúvidas. ....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a documentação tinha sido enviada no dia 20 de dezembro, sexta-feira e os serviços no dia 23 de dezembro tinham estado em funcionamento, dias 24 e 25 estiveram encerrados. Reforçou que sempre que os Vereadores vejam a necessidade de consultar alguns documentos para uma melhor análise dos assuntos, podem solicitar os mesmos que serão colocados ao dispor. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que tinha sido trazido a reunião de Câmara a informação relativa ao concurso internacional de recolha de resíduos sólidos, onde constava a deliberação que já tinha lido e, entretanto, o assunto tinha sido submetido à Assembleia Municipal o que legalmente era obrigatório que era a autorização para a assunção de compromissos plurianuais o que para si era o procedimento correto. ....

O **Vereador António Mota** questionou relativamente à revisão do PAM. ....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que era para essa situação que a deliberação da Assembleia Municipal era necessária, porque no PAM não constava o valor a Assembleia Municipal autoriza que possa constar, ou seja, que o Município assuma um compromisso plurianual e só depois é que poderia ser aberto o concurso, que até lá poderia ser apenas uma mera intenção. Reiterou que só depois da autorização prévia da Assembleia Municipal o concurso pode ser aberto. ....

Quanto às questões do Vereador Álvaro Ferreira, disse que era verdade que quem vinha a seguir tinha que fazer o trabalho e dar continuidade que era o que o atual Executivo estava a fazer e também se chegou à conclusão que o PSD também tinha cometido muitos erros ao longo dos seus mandatos. Relativamente à validade dos ascensores, deu nota que tinha conhecimento que os ascensores estavam todos com a inspeção realizada, contudo iria verificar junto do responsável porque razão as datas das inspeções não estavam atualizadas nas placas dos mesmos, porque tinha a certeza que as inspeções tinham sido realizadas. ....

## **PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2019** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: .....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores. ....

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. ....

## **PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2019** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: .....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de dezembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores. ....

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de dezembro de



Oliveira do Bairro câmara municipal

2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. ....

**PONTO 4 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES ESPECIAIS – PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 01/2017 E PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 02/2017 – RELATÓRIO FINAL** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, no âmbito do deliberado na Reunião de Câmara de 14 de setembro de 2017, tomou conhecimento do relatório final sobre a Auditoria final, relativo aos Processos de Inquérito n.º 01/2017 e 02/2017, nos termos exarados na informação datada de 20 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 122 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE INTERCARREIRAS.** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a consolidação da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercarreiras, na carreira e categoria de Assistente Técnico, com a 1.ª posição remuneratória carreira de Assistente Técnico, nível 5 da tabela remuneratória única, correspondente a 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos), com efeitos a 1 de janeiro de 2020, da trabalhadora em funções públicas Sónia Isabel Ferreira das Neves, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.....

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO PROPOSTA – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – NORMAS DE ADESÃO, INSCRIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDIÇÃO DA EXPOBAIRRADA DE 2020.** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava da aprovação do normativo necessário para a organização e funcionamento da próxima edição da Expobairrada.....

Referiu ligeiras correções de pormenor em relação ao normativo do ano anterior, acreditando que se iria ter mais uma edição de grande sucesso.....

O **Vereador Rui Santos** referiu que não havia nada de novo no normativo apresentado, relativamente ao que tinha sido no ano anterior, o que o deixava preocupado e desapontado. ....

Questionou relativamente aos valores, em que alguns não estavam devidamente definidos, nomeadamente aos expositores e stands. ....

Sobre a restauração e à presença das associações, é referido no normativo que seria feito um sorteio no caso de exceder o número de presenças. Recordou que há dois anos tinha sido cometida uma injustiça, relativamente às associações que normalmente estavam presentes na Expobairrada com restauração, as quais pagavam o espaço, contudo no ano seguinte não lhes foi permitido estar



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

presentes o que causou problemas financeiros, porque tinham essa atividade inserida no plano de atividades e não puderam retirar os proveitos que normalmente teriam com a participação no evento. Disse esperar que haja lugar para todos e se não houver que seja considerada a hipótese de haver. Relativamente à distribuição prevista de dez bilhetes por dia a cada associação, questionou se consideravam o número suficiente e se haveria grande prejuízo em atribuir um número substancialmente maior. ....

Referiu que estava definido um valor de sete euros para refeições, questionando qual a justificação da definição desse valor. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** reiterou as questões colocadas pelo Vereador Rui Santos afirmando que gostaria de as ver esclarecidas. ....

Disse que mais um ano que se estava a discutir o regulamento da Expobairrada e afirmou que mais uma vez teria que votar contra porque não ouviram as sugestões deixadas pelo PSD, nomeadamente no que diz respeito à isenção ou benefício aos jovens, ou novos empresários que tenham aberto uma nova empresa, novo comércio ou serviço no Concelho de Oliveira do Bairro. ....

Recordou que em reunião de Câmara do dia doze de abril do ano de 2018, tinha trazido o assunto e foi dito pelo Vice-Presidente da Câmara que a sugestão iria ser analisada de forma a perceber como iria ou não beneficiar esse setor no Concelho. Mais recordou que no dia trinta de maio do ano do mesmo ano, tinha havido uma nova revisão ao regulamento, voltou a referir a medida e foi dito pelo Presidente da Câmara que era uma boa sugestão e que iria ser tida em conta em próximas revisões do regulamento. Como as medidas apresentadas não constavam no regulamento em reunião de Câmara de onze de abril de 2019, deu nota que voltou a referir as medidas e a resposta do Vice-Presidente da Câmara foi, “o futuro o dirá” e o futuro diz que mais uma vez, os jovens e os novos negócios do Concelho poderiam ter uma oportunidade de darem a conhecer os seus serviços, o seu negócio, criando redes de contacto, num certame que é valorizado e dito como de enorme sucesso, pelo Vice-Presidente da Câmara, mas não iriam ter essa oportunidade. ....

Referiu que a Câmara Municipal deveria valorizar o empreendedorismo com medidas políticas como as que tinha sugerido, questionando até quando é que iriam deixar de colocar no papel as propostas deixadas pelo PSD. ....

Afirmou que iria ter que votar contra ao normativo em discussão, porque entendia que, apesar de ser um pormenor, era um pormenor que dizia muito. ....

O **Vereador António Mota** disse que o Presidente da Câmara fazia parangonas nas suas intervenções sobre o desenvolvimento económico no Concelho de Oliveira do Bairro, mas esquecia-se que esse desenvolvimento económico deveria ter um conjunto de iniciativas por parte da Câmara Municipal, para que o mesmo fosse cada vez maior. ....

Afirmou que não tinha dúvidas do que tinha sido referido pelo Vereador Álvaro Ferreira e que era uma



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

das iniciativas que poderiam ser tomadas e que foram aceites quando foram propostas. ....

Referiu que não pretendia que o atual Executivo executasse o programa eleitoral do PSD, contudo quando aceitam as propostas apresentadas pela oposição deveriam ir ao encontro dessas propostas e mais uma vez, um conjunto de iniciativas que poderiam ser utilizadas para promoverem o desenvolvimento económico, não foram consideradas como tinham dito que iriam considerar.....

Disse que o documento apresentado não se tratava mais do que um repositório dos regulamentos dos anos anteriores, com alterações sem grande significado. ....

Afirmou que o facto de darem esperança que a sugestão apresentada seria colocada num próximo regulamento e não o ter sido, obrigava-o a votar contra. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** relativamente à questão do preço dos expositores esclareceu que o valor era igual ao do ano anterior.....

Quanto à questão das associações no espaço da restauração, terem ficado prejudicadas com a sua não inclusão, esclareceu que o facto de se ter feito o sorteio tinha sido um critério que o atual Executivo entendeu utilizar face à grande oferta que houve nesse ano para utilização dos espaços da restauração. Acrescentou que esperava que no presente ano o espaço disponível dê para contemplar todas as associações que pretendam utilizar o espaço da restauração, contudo o Concelho de Oliveira do Bairro tem cerca de noventa associações e se todas pretenderem ter o seu restaurante certamente que não haverá espaço suficiente para todas. ....

Sobre a questão da atribuição dos dez bilhetes por associação, recordou que o valor do ingresso era de um euro e a quantidade de dez bilhetes diários gratuitos por associação, parecia-lhe satisfatório..

Relativamente ao valor de sete euros nas refeições, esclareceu que havia a necessidade de ter um menu com preço definido, para um conjunto de entidades que pretende oferecer almoços e esse valor parecia-lhe razoável. ....

Sobre as questões levantadas pelos Vereadores do PSD, relativamente aos novos empresários disse que no futuro se veria.....

O **Presidente da Câmara** reportando-se às parangonas e aos apoios, disse que se se pretende apostar nos jovens empresários, nos novos comerciantes que iniciam a sua atividade havia várias formas de os isentar, dando o exemplo do que tinha sido feito, pelo atual Executivo na redução da taxa da Derrama que nos doze anos em que o PSD esteve à frente do Município nunca o fez. Afirmou que, na altura, também muitas sugestões tinham sido feitas por si, enquanto Presidente de Junta de Freguesia e Membro da Assembleia Municipal. ....

Disse que todos aqueles que quiseram apostar na Expobairrada no ano de 2019, tiveram um grau de satisfação elevado porque viam pessoas a adquirir os seus produtos e a visitar os seus stands e isso deveria fazer pensar sobre o que acontecia antes. ....

O **Vereador António Mota** reportando-se à questão da Derrama, recordou que passaram a fazer



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

parte do Regulamento, itens que até ao momento não constavam, como era o caso dos pequeninos comerciantes, os pequenos comerciantes, os médios comerciantes e nomeadamente os negócios de cento e cinquenta mil euros, por isso não era bom que se falasse no passado e nas sugestões dadas na altura, porque as mesmas tinham sido sempre tão más. ....

O **Vereador Rui Santos** reportando-se ao preço dos bilhetes, disse que era óbvio que um euro não significava muito para muita gente, mas também não significava para a Câmara Municipal e não seriam dois mil bilhetes que iriam implicar no custo final da feira e poderia ter a contrapartida de arrastar outras pessoas. ....

Referiu que o que se estava a analisar era um regulamento, um instrumento da feira e não era isso que definia o que era a feira, porque essa definição é daquilo que se pretendia para o evento, se era uma feira ou uma festa, deveria ser feito noutro documento e não naquele que se estava a analisar e nesse sentido iria-se abster. ....

Sobre a questão dos espaços da restauração, dando o exemplo da Expofacic disse que a quantidade lá existente de associações presentes em restaurantes, também fosse possível na Expobairrada. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** disse que havia de chegar o dia em que se atinja a dimensão da Expofacic. ....

O **Presidente da Câmara** sobre a Derrama e dirigindo-se ao Vereador António Mota, disse que a diferenciação de taxas existia há muitos anos e poderia ter sido aplicada. ....

Relativamente ao número de associações presentes na Expofacic, esclareceu que existiam regras muito específicas para a participação das associações por freguesias, criando limitações à participação das mesmas no certame. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra do Vereador António Mota e Álvaro Ferreira e a abstenção do Vereador Rui Santos, aprovar as normas de adesão, inscrição e funcionamento da edição da Expobairrada de 2020, nos termos da Informação Proposta apresentada pelo Vice-Presidente da Câmara e datada de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 7 – INFORMAÇÃO 04/2020 – SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – REALIZAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E SETE IPSS CONCELHIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “MEMÓRIA MAJOR 2”**.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que se tratava de uma parceria com as IPSS do Concelho que após análise dos técnicos municipais e das IPSS, decidiram avançar com uma proposta de um projeto que se denomina, como Memória Major, que tem o seu desenvolvimento no Concelho da



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Mealhada traduzindo grandes sucessos e evolução na área de perturbações neuro cognitivas, sendo por isso mais uma resposta social que o Município iria dar. ....

Deu nota que o objetivo principal do projeto, mais do que a intervenção nos utentes previamente selecionados pelas IPSS, era também a intenção de capacitar os próprios técnicos das IPSS. ....

Disse que foi pessoalmente ver como funcionava o projeto e acreditava que iria trazer frutos porque o know-how das técnicas aplicadas nos utentes iria ficar nas IPSS e nos seus técnicos. ....

O **Vereador Rui Santos** questionou se o projeto estava implementado noutros locais para além da Mealhada e se havia alguma validação científica do projeto e se o que estava a ser proposto tinha a qualidade necessária para atingir os objetivos que se pretendem que eram louváveis.....

O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou o protocolo porque se sabe que a área de futuro era a área social e deste tipo de prestação de serviços e quando se acautela o acompanhamento, estava-se a acautelar o futuro da comunidade, especialmente ao nível da estimulação neuro cognitiva.....

A **Vereadora Lília Ana Águas** agradeceu as palavras dos Vereadores e esclareceu que quando foram verificar como estava a ser implementado o projeto, quem eram os técnicos e as técnicas que eram aplicadas, verificaram que o projeto estava validado pelas entidades nacionais, mas também quando foi proposta a parceria às IPSS do Concelho, as mesmas também fizeram a sua análise no sentido de perceberem se era uma mais valia para as mesmas. ....

Afirmou que era um projeto que iria ser implementado ao longo de um ano, em sessões semanais, com grupos de terapia com dez utentes em cada IPSS e também acompanhado pelas técnicas municipais, parecendo-lhe por isso que como todos os projetos que o Município tem vindo a desenvolver, também este era um projeto construído com muita ponderação e análise, acreditando que o mesmo vá ter bons resultados. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo entre o Município de Oliveira do Bairro e sete IPSS do Concelho de Oliveira do Bairro, para implementação do projeto “Memória Major 2”, nos termos da Informação/Proposta, n.º 04/2020, prestada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, datada de 06 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 8 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 225 | GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – APOIO FINANCEIRO A ATRIBUIR ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DE ATIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES.** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara** deu nota que era algo que vinha no âmbito do Regulamento das Formas de Apoio às Freguesias e que era a consumação de um apoio e de uma relação que existia com as



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Freguesias, nomeadamente no que diz respeito às atividades de ocupação de tempos livres.....

Informou que os critérios de atribuição, eram os mesmos do ano anterior.....

O **Vereador Álvaro Ferreira** reportando-se à especificidade que tinha a UNISOB em relação aos apoios às Freguesias, que para além do valor monetário havia também o apoio logístico e nesse âmbito questionou em que ponto de situação estava o assunto que foi falado na abertura solene do ano letivo da UNISOB, que era o apoio na doação ou comparticipação de computadores.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o Município estava num momento de renovação de equipamento informático, o que liberta equipamentos para as escolas e o que se poder ceder às Freguesias, no âmbito dos acordos e protocolos estabelecidos, seriam cedidos.....

O **Vereador Rui Santos** referiu que da análise que tinha feito, estranhava que os valores eram similares aos dos anos anteriores, contudo presumia que a população alvo das iniciativas, os séniores, estavam a aumentar, questionou se as inscrições nas atividades se mantinham e se a oferta estava a ser adequada às necessidades.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que os valores foram atribuídos de acordo com as informações prestadas pelas Juntas de Freguesia.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a proposta de atribuição às Freguesias de Oiã, Oliveira do Bairro, Palhaça e União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa de um apoio financeiro no valor global de 27.600,00 € (vinte e sete mil e seiscentos euros) com vista a comparticipar as despesas referentes a atividades de ocupação de tempos livres e ensino não formal, nos termos da Informação Proposta n.º 225 do Gabinete de Apoio ao Presidente datada de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - O apoio financeiro será entregue em duas prestações:.....

a) 1.ª prestação de 80%, após a publicação da deliberação da atribuição do apoio financeiro no sítio oficial da internet do Município;.....

b) 2.ª prestação de 20%, com a entrega da documentação que comprove a identidade dos alunos e a sua frequência efetiva das disciplinas/cursos.....

3.º - Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Municipal Sobre as Formas de Apoio às Freguesias de Oliveira do Bairro, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Oliveira do Bairro em cartazes e outros suportes promocionais e a menção “apoiados pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro”; .....

**PONTO 9 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 226 | GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS A ASSOCIAÇÕES – PARTICIPAÇÃO EM DESFILE DE CARNAVAL.....**



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse tratar-se da atribuição de um apoio financeiro às dezassete associações que iriam participar no curso carnavalesco de Oliveira do Bairro, que se iria realizar no dia 16 de fevereiro.....

Relevou o facto de o número de associações ter vindo a aumentar ao longo dos anos, o que demonstrava que o tecido associativo também aderira à iniciativa e participava com a Câmara Municipal. ....

Referiu que a acrescer às associações do Concelho iriam também fazer parte do curso carnavalesco, os grupos de samba e de passerelle, tendo um bocadinho de todo o carnaval do País, onde se estimava cerca de mil participantes. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que com a informação que receberam sabiam que a comparticipação da Câmara para as associações seria no valor de quatro mil, duzentos e cinquenta euros, questionando qual era o valor estimado relativamente aos participantes que vinham de fora do Concelho. ....

O **Vereador Rui Santos** saudou o número de associações que iriam participar no curso carnavalesco, quanto ao valor atribuído a cada uma delas nada tinha a opor, contudo a sua questão ia ao encontro do que tinha sido questionado pelo Vereador Álvaro Ferreira e se de facto era uma mais valia tão grande para o Município a presença desses grupos que vêm do exterior e qual era o grande objetivo da Câmara Municipal em promover esse evento.....

Relativamente ao carnaval de Oiã, disse que a iniciativa da Câmara Municipal tirava brilho a uma iniciativa que já era um evento com alguma dimensão no Concelho, questionando se não teria sido preferível dar mais dimensão a um evento que já existia e não criar um novo evento, que para além dos custos ia dividir as pessoas, entendendo que sejam opções. ....

A **Vereadora Lília Ana Águas** recordou que quando a Câmara tinha avançado com a iniciativa, o carnaval de Oiã estava inativo, logo o evento não foi sobreposto, contudo há o respeito de fazer o desfile de carnaval noutra data diferente do de Oiã e também a associações de carnaval de Oiã, vai estar presente no desfile do carnaval de Oliveira do Bairro, sinal que existe uma parceria. ....

Quanto à questão da opção de trazer outros grupos de outros locais do País, disse que se verificava nas ruas, com a quantidade de pessoas presentes a verem o desfile, trazendo um bocadinho de tradição do carnaval, dos vários locais do País que vão estar presentes no desfile, trazendo também o carnaval infantil, que se tinha perdido, fazendo assim o carnaval de Portugal no Coração da Bairrada. ....

Fez referência aos caretos de Podence, que tinham sido considerados de património imaterial da humanidade e poder trazê-los a Oliveira do Bairro, dava a oportunidade às pessoas de estarem



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

perante algo que de outra forma não conseguiriam ver. ....

Quanto aos valores disse que os mesmos eram divergentes, dependendo do grupo que fosse, carros de som, matrafonas, caretos, entre outros, contudo quanto ao investimento era entendimento que iria trazer um retorno claro naquilo que era a adesão em massa ao Concelho de Oliveira do Bairro nesse dia. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** questionou novamente quais tinham sido os valores a pagar aos grupos participantes. ....

A **Vereadora Lília Ana Águas** afirmou que não tinha os valores em mente e que os mesmos divergiam muito, contudo os mesmos foram discutidos diretamente com cada grupo, não havendo intermediação o que tinha reduzido em muito os valores que inicialmente tinham sido apresentados. Deu nota que fará a apresentação dos valores, assim que lhe for possível. ....

O **Vereador Rui Santos** questionou se não houver condições climáticas favoráveis para a realização do desfile no dia agendado, se os grupos contratados e as associações iriam receber o valor contratado.....

A **Vereadora Lília Ana Águas** informou que se chover no dia, o desfile será realizado noutra data que não a coincidir com o carnaval de Oia, por isso as associações irão receber a comparticipação..

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), a cada uma das IPSS participantes no evento “Desfile de Carnaval”, nos termos da Informação/Proposta n.º 226 / GAP do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 10 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 227 | GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO – DEFINIÇÃO DO VALOR DO ÍNDICE DA ESCALA DE SUBSÍDIOS (IES) PARA 2020. ....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar que o valor base do Índice de Escala de Subsídios (IES) a atribuir às associações, com atividade regular para o ano de 2020, especificamente para cada tipo de medida se mantenha nos 15,00€ (quinze euros), com a exceção da IES para a Medida de Apoio ao Investimento (MAI) que se mantenha em 25,00€ (vinte e cinco euros), conforme exarado na Informação/Proposta n.º 227 | GAP, de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

**PONTO 11 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 228 | GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO – DEFINIÇÃO DA MATRIZ DE APOIO A ATIVIDADES DESPORTIVAS DE FORMAÇÃO**



Oliveira do Bairro câmara municipal

PARA 2020.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a matriz anexa à Informação/Proposta n.º 228 | GAP, de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, para o cálculo dos apoios a atribuir no âmbito da Medida de Apoio da Atividades Desportivas de Formação para o ano de 2020.....

**PONTO 12 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 229 | GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS – MEDIDA DE APOIO À ATIVIDADE DESPORTIVA DE FORMAÇÃO – ATÓMICOS SPORT CLUBE.** . Por se declarar impedido, o Vereador Rui Santos, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão e votação do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 229 | GAP, datada de 23 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a atribuição de um apoio financeiro, para a Época de 2019/2020 à associação Atómicos Sport Club, no montante de 4.497,88 € (quatro mil quatrocentos e noventa e sete euros e oitenta e oito cêntimos); .....

2.º - Que o apoio financeiro seja liquidado em duas prestações:

a) 1.ª prestação de 80% com a outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;.....

b) 2.ª prestação de 20% no final da época desportiva e com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva; .....

c) no final da época desportiva, com a entrega do Relatório de Atividades da época Desportiva, caso se verifique um acréscimo ao apoio, resultante dos pressupostos no n.º 4 do artigo 20.º e nos n.º 7, 9 e 10 do artigo 22.º, o mesmo será calculado e atribuído até 15 de setembro. ....

3º - Aprovar a Minuta do respetivo Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; .....

4.º - Designar a Técnica Superior, Dr.ª Joana Soares como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos. ....

**PONTO 13 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUÍDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO**.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Álvaro Ferreira. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Presidente da Câmara** deu nota de alguns procedimentos que estavam a realizar no sentido de melhorarem o referido relatório, nomeadamente no que toca à fiscalização e seus procedimentos e com base nos concursos lançados estava-se a tentar colmatar a área que é premente, assim como também no controlo interno com a implementação do SNC e com a entrada de uma pessoa que vem de uma área analítica, o que iria permitir mais algum controle de custos e de definição dos mesmos, alocados a cada um dos centros de custo e acima de tudo diminuir um conjunto de circunstâncias que todos os dias se luta para que sejam mais transparentes. ....

Informou ainda que a questão da harmonização dos procedimentos, no âmbito de todos os municípios que compõem a CIRA, vinha contribuir para que se dissipem algumas situações e o contínuo procedimento informático que se vem implementando vinha também limitar algumas circunstâncias.

Acrescentou que no âmbito das modificações ao nível informático e da própria Autoridade Tributária, vinha permitir que na faturação existisse mais controlo, automático, através da faturação eletrónica, algo que tinha começado no mês de dezembro e assim os riscos iriam cada vez mais sendo eliminados. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** agradeceu os esclarecimentos e o ponto de situação dados pelo Presidente da Câmara. ....

Salientou a questão da descentralização de competências que iria trazer outro tipo de complexidade na reorganização dos Serviços, sendo claro que o relatório teria que se adequar a essa realidade. ...

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar o Relatório de Execução Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. ....

2.º - Remeter o supramencionado Relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção, DGAL e IGF.....

**PONTO 14 – INFORMAÇÃO – OFICIAL PÚBLICO – CONTRATO DA EMPREITADA “P05 REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DR. ALBERTO TAVARES DE CASTRO E LIGAÇÃO À RUA MANUEL SIMÕES BARATA” – RECLAMAÇÃO À MINUTA DE CONTRATO. ....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara** recordou que no ato anterior tinha sido aprovada a adjudicação da presente empreitada e aquando do envio da minuta de contrato para o empreiteiro, o mesmo informou que havia uma imprecisão na minuta e nesse sentido vinha ao presente órgão, para ser deliberada a sua correção. ....

Esclareceu que o processo tinha tido uma reclamação normal de um concurso público e só depois de



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

sanada essa reclamação é que se pode efetuar o contrato com a empresa, sendo esse o motivo por só agora vir a correção da minuta a reunião de Câmara.....

O **Vereador António Mota** disse que não poderia chamar de imprecisão o que tinha acontecido, porque na sua opinião não o era. Afirmou que eram situações que cada vez mais, os políticos tinham que ter algum cuidado em relação à aprovação daquilo que lhes era colocado à frente, sendo lógico que os políticos eram obrigados a ter conhecimento da lei e as limitações das suas aprovações, mas também deveria haver um cuidado técnico no sentido de não contrariar a lei.....

Referiu que na presente situação, a lei tinha sido contrariada e por isso para si, não era uma imprecisão e era uma situação grave. ....

Disse que começava a sentir alguma dificuldade em aprovar situações análogas e que possa acontecer o mesmo, dando razão ao Vereador Rui Santos, quando o mesmo solicita que seja sempre anexado um parecer dos serviços jurídicos em relação a algumas propostas. ....

Mais disse que ficava ridículo tanto para os Vereadores como para o Presidente da Câmara, terem aprovado uma situação do género, alertando que deveria haver algum cuidado em relação às aprovações. ....

Alertou para o facto de ser uma ilegalidade que não se voltasse a repetir, porque ficava mal ser o próprio empreiteiro a levantar a questão à Câmara Municipal e aos seus serviços técnicos. ....

Afirmou que, como se estava a tratar de uma ilegalidade, se deveria anular a deliberação tida e ser feita uma nova deliberação, daquilo que deveria constar que era praticamente cinquenta por cento daquilo que tinha sido deliberado inicialmente. ....

Disse que a Câmara Municipal tinha muitos juristas e por isso os Vereadores não poderiam ser apanhados com este tipo de surpresas. ....

Disse ainda que eram tramados sempre em situações económicas, todos os problemas que têm acontecido e com necessidade de correção de documentos tinham sempre a ver com números. ....

O **Presidente da Câmara** referiu que o Vereador António Mota tinha uma interpretação diferente do que era uma ilegalidade e do que era a colocação de valores para multas acima do que estava estipulado. Esclareceu que o valor para as multas, que constava no contrato era acima daquilo que era exigido e a empresa veio exigir que o valor seja transposto de acordo com as regras definidas. ...

O **Vereador Rui Santos** questionou quando é que começava a obra em causa.....

O **Presidente da Câmara** informou que iria ser assinada a minuta de contrato, já corrigida, indo para o competente visto do Tribunal de Contas, seguindo todos os procedimentos legais, esperando que a obra arranque o mais rápido possível. ....

O **Vereador António Mota** questionou se a questão não era ilegal, porque é que vinha novamente ao presente órgão para retificação.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a minuta tinha que ficar com a redação correta e como



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

tinha que se alterar a redação que foi deliberada no presente órgão tinha que ser o mesmo órgão a aprovar a alteração. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos exarados na Informação prestada pelo Oficial Público datada de 17 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:.....

1.º - Aprovar e autorizar a correção dos valores, constantes da cláusula 11.º do Contrato da empreitada “P05 Requalificação do Espaço Público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e ligação à Rua Manuel Simões Barata”, para o mínimo estabelecido no n.º 2 do artigo 80.º do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, devendo constar, de futuro, nos Programas de procedimento e/ou nos Cadernos de Encargos das Empreitadas colocados em concurso por parte do Município, o valor da penalidade a aplicar em caso de incumprimento do estatuído naquele diploma;

2.º - Em consequência que, a cláusula 11.ª, passe a ter a seguinte redação: “A violação e ou não cumprimento do previsto na cláusula anterior, acarretará para a sociedade segundo outorgante uma penalidade de 249,40 € (duzentos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos) acrescida de 49,88 € (quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos) por cada dia em que se mantiver a irregularidade e são devidas pelo desrespeito de cada uma das obrigações impostas, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, independente de serem os responsáveis por eventuais indemnizações aos terceiros lesados e por demais sanções conexas previstas na legislação civil e criminal em vigor aplicáveis.”. ....

**PONTO 15 – INFORMAÇÃO – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA – BALCÃO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA.....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um fundo de caixa anual no montante de 15,00 € (quinze euros) à colaboradora Sónia Isabel Ferreira das Neves, para o desempenho das suas funções no BAI – Balcão de Atendimento Integrado, nos termos da Informação prestada pela Divisão Administrativa e Jurídica, datada de 19 de junho de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 16 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 11.2020|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO E RETIFICAÇÃO RELATIVA À DISPENSA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE). ....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava de um pedido de prorrogação da primeira



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

alteração do PDM, em que os trabalhos já tinham começado há algum tempo, contudo eram trabalhos de grande detalhe técnico e como os técnicos municipais tinham estado envolvidos no processo de alargamento da Zona Industrial de Vila Verde, o trabalho inerente ao PDM não avançou, daí o pedido de prorrogação de prazo que muitos outros Municípios também estavam a solicitar.....

Relativamente à avaliação ambiental estratégica, deu conhecimento que era entendimento que eventualmente poderia não ser necessária, uma vez que a primeira alteração do PDM não tinha alterações de impacto ambiental significativas e na própria CCDD também não havia uma posição definida sobre o assunto e foi dito informalmente, para se ir avançando e depois se via o que a Tutela decidia. ....

Deu nota que, entretanto, tinha saído um despacho que obrigava à avaliação ambiental estratégica, que se trazia ao presente órgão atualmente para se enquadrar a avaliação ambiental estratégica e outros trabalhos especializados, num único procedimento, de forma a poder-se concluir os trabalhos tão rapidamente quanto possível. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** agradeceu a explicação dada pelo Vice-Presidente da Câmara, contudo disse que ao longo da discussão dos assuntos, vão sempre alertando para algumas situações que possam vir a ser pedidas à Câmara Municipal e não o fazem só porque querem protelar os assuntos, mas para precaver, porque depois aconteciam situações como a que tinha sido há pouco discutida das coimas e outros, que eram aprovados e depois tinham que ser corrigidos, duplicando trabalhos, esforços e andam a desdizer aquilo que aprovam. ....

Afirmou que deveria haver uma atitude de prevenção em relação aos assuntos trazidos à reunião de Câmara, até porque os Vereadores podem não estar dentro do assunto em questão, assim como os técnicos, mas quando os assuntos são presentes em reunião de Câmara para aprovação e ainda para mais quando envolvem outras entidades têm que ter uma postura e uma figura exemplar. ....

Afirmou que mais uma vez se estava a alterar uma deliberação que já tinha sido tomada e com este andamento o PSD teria que começar a ter um gabinete de análise dos assuntos que vinham a reunião de Câmara, para poderem substanciar todas as tomadas de posição que venham a ter. ....

O **Vereador António Mota** disse que o Vice-Presidente da Câmara tinha feito referência ao assunto de uma forma muito superficial e mais uma vez a deliberação que foi tida em reunião anterior tinha que ser revogada e ser aprovada nova deliberação. Afirmou que os assuntos tinham que ser mais bem cuidados antes de virem a reunião de Câmara. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que não havia duplicação nem falta de prevenção porque a questão da avaliação ambiental estratégica tinha sido objeto de um despacho da CCDD em abril do ano de 2019 e os trabalhos tinham tido o seu início muito antes dessa data. Afirmou mais uma vez que o assunto não era pacífico, estava em análise e sob pena de autorização da Tutela e por isso tinha sido uma decisão superior de entidades do Governo e só a partir desse despacho é que se teve



Oliveira do Bairro câmara municipal

a certeza que o teriam que fazer.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos exarados na Informação Técnica n.º 11.2020/DPGU datada de 24 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais o seguinte; .....

- 1.º - Revogar parcialmente a deliberação de 27 de setembro de 2018, nomeadamente no seu ponto 4.º no que respeita à não submissão da 1.ª alteração ao PDMOLB a AAE; .....
- 2.º - Sujeitar a 1.ª alteração ao PDMOLB a AAE, conforme decorre da recomendação da CCDRC; ...
- 3.º - Proceder à retificação do Aviso n.º 15884/2018, de 5 de novembro, onde se lê “4.º - Que a alteração proposta não é sujeita a avaliação ambiental, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, uma vez que a mesma não é suscetível de produzir efeitos negativos e significativos no ambiente;”, deve ler-se “4.º - Que a alteração proposta é sujeita a avaliação ambiental, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação;”, .....
- 4.º - Proceder à prorrogação do prazo para a elaboração da 1.ª alteração à 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro, por um período máximo igual ao previamente estabelecido (18 meses), a contar da data do fim do prazo anteriormente estabelecido, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; .....
- 5.º - Proceder à publicação de uma declaração de retificação em Diário da República (2.ª Série), referente à deliberação tomada sobre o ponto 1; .....
- 6.º - Proceder à publicação de um aviso em Diário da República (2.ª Série), referente à deliberação tomada sobre o ponto 4; .....
- 7.º - Divulgar através dos meios de comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da internet da Câmara Municipal, a deliberação tomada sobre os pontos 1 e 4; ....
- 8.º - Dar conhecimento à CCDRC da deliberação tomada sobre os pontos 1 e 4. ....

**PONTO 17 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 7.2020|DPGU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – GABINETE TÉCNICO FLORESTAL – REDUÇÃO DA FAIXA DE PROTEÇÃO ENTRE O EDIFÍCIO E A ESTREMA - PROCESSO DE OBRAS 164/18 .....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

**O Vice-Presidente da Câmara** disse tratar-se de um pedido de redução de faixa de proteção numa estrema que decorria da lei que supostamente tinha uma portaria que definia os afastamentos, mas a portaria não foi publicada. Afirmou que o processo não tinha sido fácil, por falta de legislação, e o mesmo obrigava a um parecer favorável do ICNF, que também foi difícil de obter por não haver o conforto necessário da entidade referida, face à falta de legislação. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Deu nota que tinham decorrido várias negociações e reuniões entre os técnicos e tinha sido possível com base na Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios aprovar as regras, sendo o primeiro Município da CIRA a fazê-lo, havendo investimentos de milhões na área da CIRA parados, à espera das regras semelhantes. ....

Referiu que o Município de Oliveira do Bairro tinha avançado com os trabalhos e tinha conseguido um parecer que felizmente permitiu desbloquear a situação em causa e por isso tendo os pareceres favoráveis da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e cumprindo as regras do Urbanismo, estava-se em condições de aprovar o afastamento especial que permitia a empresa, finalmente desbloquear o investimento e avançar na construção do imóvel. ....

O **Vereador Rui Santos** afirmou que iria votar favoravelmente o presente ponto, contudo disse que não percebia porque razão tinham transcrito o regulamento para a informação que foi entregue aos Vereadores, que na sua opinião não acrescia em nada à deliberação que tinham que tomar, por outro lado faltava uma planta de localização para situar o local. ....

O **Vereador António Mota** disse que do que tinha entendido, a presente situação tinha sido motivo de várias reuniões com os técnicos, incluindo os da CIRA tendo-se debruçado sobre este tipo de assuntos e nesse sentido questionou porque é que só o Município de Oliveira do Bairro tinha conseguido desbloquear um processo e os outros Municípios da CIRA, quando há milhões de investimentos para fazer. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** disse que não iria falar pela CIRA que tem os seus próprios órgãos de gestão cabendo aos mesmos analisarem o trabalho que executam. ....

Afirmou que o Município de Oliveira do Bairro tinha a necessidade urgente de desbloquear o processo e por isso foram proactivos o suficiente para conseguir aprovar as regras antes da CIRA o fazer. ....

O **Presidente da Câmara** deu nota que, o presente assunto tinha sido debatido no último Conselho Intermunicipal que tinha decorrido no Município de Águeda. Afirmou que este tipo de assuntos a Comunidade Intermunicipal tem tentado que sejam efetuados de uma forma estratégica, por todos os Municípios, sendo natural que nem todos os Municípios tinham o mesmo ritmo em todas as matérias. Referiu que o conjunto de regras tinha que ser definido pelos Municípios e o Município de Oliveira do Bairro, considerando as necessidades prementes, decidiu avançar com conhecimento da CIRA e ficou decidido no Conselho Intermunicipal que o conjunto de regras iria ser replicado pelos outros Municípios, com as devidas adaptações. ....

Informou que o grupo de trabalho, que estava a trabalhar nesta situação na CIRA, não tinha avançado porque várias vicissitudes. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** agradeceu o empenho e a proatividade dos técnicos municipais, na presente matéria, que permitiu resolver o assunto com a brevidade que foi possível. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a redução da distância à



Oliveira do Bairro câmara municipal

estrema da propriedade (de 50m para 10m) com base nos fundamentos exarados na Informação Técnica 7.2020/DPGU, datada de 15 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 18 – PROCESSO DE OBRAS N.º 135/77, DE ADELINO DA ENCARNAÇÃO FERREIRA – DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO.....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

**O Vice-Presidente da Câmara** deu nota que se tratava de um pedido de dispensa de lugares de estacionamento, que decorria de uma obra de reparação de estragos feitos pela tempestade “Leslie”, tendo o proprietário ficado com a oficina praticamente destruída, tendo feito obras de requalificação e querendo retomar a sua atividade, tem um problema de espaço e nesse sentido solicita a dispensa do número de lugares de estacionamento previsto, de forma a poder avançar com a sua atividade. ... Afirmou que por tudo o que o proprietário já tinha sofrido, decorrente da tempestade, para si fazia todo o sentido que se aprovasse a presente proposta. ....

**O Vereador António Mota** disse que nada tinha a opor em relação ao assunto, contudo alertou que não se estivesse a aprovar a redução do número de estacionamentos e depois passasse em frente às oficinas e verifica-se que os estacionamentos eram feitos nas bermas das estradas. ....

**O Vice-Presidente da Câmara** informou que face à exiguidade do espaço era a solução possível....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a dispensa do cumprimento do número de lugares de estacionamento, previstos no n.º 1 do artigo 107.º do Regulamento do PDM dado o seu enquadramento no n.º 5 do artigo 107.º do mesmo diploma, nos termos da Informação Técnica de 15 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

**PONTO 19 – INFORMAÇÃO N.º 04/2018 – PRESTADA PELO COORDENADOR DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – RELATÓRIO FINAL – PARA CONHECIMENTO. ....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

**O Presidente da Câmara** informou que no final da presente reunião se iria proceder à entrega oficial de reconhecimento, aos proponentes vencedores da segunda Edição do Orçamento Participativo. ...

O presente ponto tratava-se de um resumo prestado pelo Coordenador do Orçamento Participativo, para conhecimento de todos, dando nota dos pontos fortes e os pontos fracos quer do ano de 2018 quer do ano de 2019. ....

Deu nota que, infelizmente, o Coordenador do Orçamento Participativo José Miguel Duarte, por



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

questões de saúde não podia estar presente, o que para si era uma pena porque fazia todo o sentido a sua presença, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido. ....

O **Vereador Rui Santos** louvou o trabalho desenvolvido pelo Miguel Duarte e de todos os técnicos envolvidos no projeto do Orçamento Participativo, resultando nos resultados que estavam à vista de todos, a evolução que houve de um ano para o outro. ....

Questionou qual era o ponto de situação do projeto vencedor do ano de 2018, que ainda falta implementar e também relativamente aos projetos que agora tinham sido premiados, qual era a expectativa de execução dos mesmos. ....

Afirmou que se começassem a arrastar no tempo a execução dos projetos, poderia levar a algum desinteresse da parte dos proponentes. ....

Enalteceu o esforço que foi feito no sentido de apresentar o projeto junto do IPB e da Escola Secundária de Oliveira do Bairro e nesse sentido sugeriu que cada escola apresentasse apenas um projeto, de forma a não dispersar a votação. ....

Relativamente ao último projeto premiado, o parque de caravanas da Palhaça que teve que ser ajustado de forma a poder ser integrado, tendo sobrado uma verba que para si faria todo o sentido que a mesma fosse acrescentada ao projeto tornando maior a dimensão do mesmo, porque o que tinha sido aprovado, para si, era exíguo relativamente à procura que iria ter. ....

Sobre as propostas que foram apresentadas e que não foram selecionadas, diziam respeito a funções da responsabilidade do Município, devendo ser este a implementar os mesmos. ....

Sugeriu que se fizesse mais divulgação nos tipos de projetos propostos, para que fossem projetos inovadores e não projetos que sejam da responsabilidade do Município implementá-los. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou a ação dos proponentes dos projetos, que envolveram a comunidade e era isso que fazia sentido no Orçamento Participativo. ....

Disse concordar com as palavras do Vereador Rui Santos, quando referiu que a não execução ou a demora de execução dos projetos vencedores, podendo levar a algum tipo de desinteresse. ....

Afirmou que a Câmara deveria apostar na divulgação da execução dos projetos vencedores, dando ênfase aos proponentes e ao projeto. ....

Quanto ao relatório apresentado disse que o mesmo era à imagem do Coordenador do projeto Miguel Duarte, sendo fidedigno do que se tinha passado, de quais as melhorias a fazer que iriam acautelar o aumento de propostas, mas também de pessoas para votar. ....

O **Vereador António Mota** relativamente à verba disponível, que tinha sido possível atribuir ao projeto do parque de caravanas da Palhaça, recordou que tinha sido discutido numa reunião de Câmara que a verba não era suficiente e da possibilidade de se aumentar o orçamento no sentido de se contemplar o projeto original, porque não valia a pena fazer constrangimentos ao projeto, nomeadamente a redução da dimensão do mesmo, porque não ia ao encontro daquilo que se pretendia com o



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Orçamento Participativo e do projeto. ....

Ou seja, disse que a redução de qualquer projeto seja ele qual for, não deveria acontecer, mas sim a verba deveria ser reforçada no sentido da execução dos projetos, previstos inicialmente, correndo o risco de deixarem de ter razão de ser. ....

O **Presidente da Câmara** informou que no ano de 2019 tinha sido feita uma análise muito mais objetiva dos custos inerentes a cada um dos projetos, não obstante a aprovação dos mesmos, da estimativa realizada inicialmente e analisada pelos técnicos municipais, até porque uma das vontades era a execução imediata dos projetos. ....

Sobre o projeto do parque para autocaravanas na Palhaça, informou que o mesmo estava terminado e orçamentado, tendo sido desse ajustamento e dessa orçamentação que tinha sobrado a verba. Acrescentou que esse estudo objetivo era importante, de forma a não existirem as discrepâncias que existiram num dos projetos de 2018, que só há pouco tempo ficou pronto e orçamentado para lançamento, que era o caso da zona envolvente ao mercado municipal. ....

Informou que alguns dos projetos apresentados, não tinham passado à segunda fase, nomeadamente os do IPB. ....

Quanto aos projetos vencedores da presente edição informou que os projetos que tinham ficado em primeiro e segundo lugares, já tinha sido aberto procedimento para a sua concretização, o que ficou em terceiro lugar vinha bastante completo, tendo sido já entregue aos serviços para ser lançado o concurso, o que ficou em quarto lugar estava em fase de projeto de arquitetura e orçamentação e o quinto já tinha projeto pronto para lançar a concurso. ....

Disse esperar que no primeiro semestre fossem concretizados aqueles projetos de realização imediata e todos os outros que necessitam de obras, naturalmente serão mais demorados, mas concretizados. ....

Referiu que houve projetos apresentados, como o caso da arte urbana, que estava a aparecer um pouco por todas as freguesias do Concelho, pensando que se consegue conjugar as sugestões referidas e aproveitá-las em prol da população. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Informação n.º 04/2018 apresentada pelo Coordenador do Projeto do Orçamento Participativo, datada de 22 de janeiro de 2020, que aqui se por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 20** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 01 DE MARÇO DE 2020, POR PARTE DO CONSERVATÓRIO ARTES E COMUNICAÇÃO – FILARMÓNICA UNIÃO DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE AULAS ABERTAS E AUDIÇÕES .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório



Oliveira do Bairro câmara municipal

da Freguesia de Oiã, no dia 01 de março de 2020 ao Conservatório Artes e Comunicação – Filarmónica União de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização de aulas abertas e audições.....

**PONTO 21** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 07 DE ABRIL DE 2020, POR PARTE DA CONGREGAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA EFEITOS DE CELEBRAÇÃO MUNDIAL DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 07 de abril de 2020 à Congregação das Testemunhas de Jeová de Oliveira do Bairro, para efeitos de celebração mundial das Testemunhas de Jeová.....

**PONTO 22** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 23 DE MAIO DE 2020, POR PARTE O CIRCULO DE CULTURA MUSICAL DA BAIRRADA, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE “CONCERTOS BARROCOS E CLÁSSICOS” .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 23 de maio de 2020 ao Circulo de Cultura Musical da Bairrada, para efeitos de realização de “Concertos Barrocos e Clássicos”. .....

**PONTO 23** – E-MAIL DO CENTRO SOCIAL DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO NOS DIAS 6 E 7 DE ABRIL DE 2020, PARA A REALIZAÇÃO DO “PRIMEIRO ENCONTRO DE REALIDADE VIRTUAL SÉNIOR EM PORTUGAL” .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação”, nos dias 6 e 7 de abril de 2020, ao Centro Social de Oiã, para efeitos de realização do “Primeiro Encontro de Realidade Virtual Sénior em Portugal”.....

**PONTO 24** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO, POR PARTE DO ARCIPRESTE DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PADRE MANUEL MÁRIO FERREIRA, NO DIA 11 DE JUNHO DE 2020, PARA A CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA DO DIA SOLENE DO CORPO DE DEUS. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação”, no dia 11 de junho de 2020, ao Arciprestado de Oliveira do Bairro, para efeitos da Celebração Eucarística do Dia Solene do Corpo de Deus. ....

**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 29 de janeiro do ano de 2020, do qual constam os seguintes dados e valores: .....

**DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** ..... 1.772.732 Euros e 17 Cêntimos



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

**DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** ..... **701.808 Euros e 54 Cêntimos**

**TOTAL DAS DISPONIBILIDADES:** ..... **2.474.540 Euros e 71 Cêntimos**

.....  
**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. ....  
.....

.....  
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer. ....

\_\_\_\_\_  
Duarte dos Santos Almeida Novo

\_\_\_\_\_  
Sílvia Rosa da Silva Oliveira

\_\_\_\_\_  
Jorge Ferreira Pato

\_\_\_\_\_  
Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

\_\_\_\_\_  
Susana Maria da Silva Martins

\_\_\_\_\_  
António Augusto Marques Mota



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

---

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

---

Rui Jorge Marques Santos